



PLMJ

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

DESTAQUES DE 9 A 13 DE DEZEMBRO

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de Outubro, que "estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial".

[Autoria PEV](#)

[Autoria PCP](#)

[Autoria BE](#)

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

Decreto da Assembleia 190/XII

[Aprova as Grandes Opções do Plano para 2014](#)

Decreto da Assembleia 191/XII

[Orçamento do Estado para 2014](#)

DIREITO PÚBLICO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2013. D.R. n.º 240, Série I de 2013-12-11](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Plano Nacional de Emergência de Protecção Civil

FINANCEIRO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2013. D.R. n.º 238, Série I de 2013-12-09](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Define o lote de acções destinados à oferta pública de venda reservada aos trabalhadores no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros e Saúde, S.A., e Cares - Companhia de Seguros, S.A., e fixa o período de indisponibilidade a que ficam sujeitas as acções adquiridas no âmbito da venda directa de referência ao abrigo do mesmo processo

[Despacho n.º 15982-A/2013. D.R. n.º 238, Suplemento, Série II de 2013-12-09](#)

Ministério das Finanças - Gabinete do Secretário de Estado das Finanças

Fixa o preço de venda das acções representativas do capital social da CTT - Correios de Portugal, S. A. (CTT, S. A.)

[Despacho n.º 16110-A/2013. D.R. n.º 240, 2.º Suplemento, Série II de 2013-12-11](#)

Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra

Despacho relativo ao processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., Multicare-Seguros e Saúde, S.A. e Cares-Companhia de Seguros, S.A.- Garantia Bancária

[Despacho \(extracto\) n.º 16110-B/2013. D.R. n.º 240, 2.º Suplemento, Série II de 2013-12-11](#)

Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra

Despacho relativo ao processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., Multicare-Seguros e Saúde, S.A. e Cares-Companhia de Seguros, S.A. - Prestação pecuniária inicial

BANCO DE PORTUGAL

[Boletim Económico – Inverno 2013: Projecções para a economia portuguesa 2013-2015](#)[Boletim Mensal do BCE - Dezembro de 2013](#)[Banco de Portugal acolhe sessão de informação do TARGET2-Securities](#)[Reunião do CNSF de 11 de Setembro de 2013](#)

Instrução

[29/2013](#) - Divulga, para o 1.º trimestre de 2014, as taxas máximas a praticar nos contratos de crédito aos consumidores, celebrados no âmbito do DL n.º 133/2009, de 2-6.

Carta-Circular

[98/2013/DSC](#) - Procede à definição de um quadro de boas práticas que devem orientar as instituições de crédito na aplicação do Regime Extraordinário de protecção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil, consagrado na Lei n.º 58/2012, de 9-11.

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Consulta Pública n.º 4/2013 - [CMVM Coloca em Consulta Pública o Projecto de Regulamento da CMVM Relativo ao Registo dos Auditores e seus Deveres e Proposta de Alteração do artigo 9.º do Código dos Valores Mobiliários](#)

[Comunicado do Banco de Portugal, CMVM e ISP relativo à Consulta sobre Avaliação e Valorização de Imóveis – Uma abordagem integrada para o sistema financeiro português](#)

[Documento de Consulta](#)

[CMVM celebra Protocolo com 19 Bancos relativo à Comercialização de Produtos Financeiros Complexos junto de Clientes de Retalho](#)

ISP - INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

[Orientações relativas ao tratamento de reclamações por mediadores de seguros](#)

Na sequência da consulta pública realizada entre Março e Junho de 2013, a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (“EIOPA”) aprovou, em Novembro último, a versão final das orientações relativas ao tratamento de reclamações por mediadores de seguros.

FISCAL

[Lei n.º 83/2013. D.R. n.º 238, Série I de 2013-12-09](#)

Assembleia da República

Procede à segunda alteração à [Lei n.º 66-B/2012](#), de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2013), à alteração do [Decreto-Lei n.º 215/89](#), de 1 de Julho (Estatuto dos Benefícios Fiscais), e à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 193/2005](#), de 7 de Novembro (Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida)

[Despacho n.º 16027/2013. D.R. n.º 239, Série II de 2013-12-10](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social

Determina que, até 31 de Dezembro de 2013, para efeitos de regularização das dívidas, independentemente da sua natureza, podem ser realizados pagamentos em numerário sem limite de valor

FUNÇÃO PÚBLICA – RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICA

[Portaria n.º 359/2013. D.R. n.º 242, Série I de 2013-12-13](#)

Ministério das Finanças

Aprova os modelos de fichas de auto-avaliação e avaliação do desempenho na Administração Pública, as listas de competências e revoga a [Portaria n.º 1633/2007](#), de 31 de Dezembro

IMOBILIÁRIO

[Portaria n.º 358-A/2013. D.R. n.º 241, Suplemento, Série I de 2013-12-12](#)

Ministério das Finanças

Aprova o modelo da participação de rendas previsto no n.º 7 do artigo 15.º-N do [Decreto-Lei n.º 287/2003](#), de 12 de Novembro, aditado pela [Lei n.º 60-A/2011](#), de 30 de Novembro, e alterado pela [Lei n.º 64/2012](#), de 20 de Dezembro, e o respectivo anexo 1, bem como as correspondentes instruções de preenchimento

MAPA JUDICIÁRIO

[Parecer da ASIP sobre o Anteprojecto de regulamentação da LOSI \(“mapa judiciário”\).](#)

REESTRUTURAÇÕES

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2013. D.R. n.º 239, Série I de 2013-12-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Declara a empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., em situação económica difícil

TMT

[Consulta pública sobre o desenvolvimento e implementação de um modelo de custeio de terminação fixa - prorrogação do prazo](#)

Por deliberação de 12 de Dezembro de 2013 a ANACOM deferiu o pedido da PT Comunicações e da Vodafone de prorrogação do prazo para os interessados se pronunciarem no âmbito da consulta pública sobre a definição metodológica relativa ao desenvolvimento e implementação de um modelo de custeio de terminação fixa.

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 793/2013. D.R. n.º 238, Série I de 2013-12-09](#)

Tribunal Constitucional

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade da norma do artigo 3.º, n.º 1, do [Decreto n.º 22/2013](#), aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 21 de Outubro de 2013, e pela inconstitucionalidade consequente das restantes normas do mesmo diploma (duração do período normal de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública Regional)

[Acórdão n.º 767/2013. D.R. n.º 242, Série II de 2013-12-13](#)

Tribunal Constitucional

Não declara a inconstitucionalidade nem a ilegalidade de um conjunto de normas constantes da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro - Orçamento do Estado para 2013 -, por eventual violação dos direitos da Região Autónoma dos Açores

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 30/2013/M. D.R. n.º 239, Série I de 2013-12-10](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Institui na Região Autónoma da Madeira um regime excepcional e transitório de libertação e de redução da caução em contratos celebrados ou a celebrar, com contraentes públicos, até 31 de Dezembro de 2016

[Resolução n.º 1212/2013, de 11 Dezembro - IORAM](#)

Aprova a proposta do Decreto Legislativo Regional que adapta à Região o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios / SCE), que integra o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação (REH) e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços (RECS).

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS LEGISLATIVOS

Diretiva 2013/54/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Novembro de 2013, relativa a [certas responsabilidades do Estado de bandeira no cumprimento e aplicação da Convenção do Trabalho Marítimo](#), de 2006

Diretiva 2013/56/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Novembro de 2013, que altera a Diretiva 2006/66/CE do Parlamento Europeu e do Conselho [relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos, no que respeita à colocação no mercado de pilhas e acumuladores portáteis que contenham cádmio, destinados à utilização em ferramentas eléctricas sem fios, e de pilhas-botão com baixo teor de mercúrio](#), e que revoga a Decisão 2009/603/CE da Comissão

Regulamento (UE) n.º 1257/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Novembro de 2013, [relativo à reciclagem de navios](#) e que altera o Regulamento (CE) n.º 1013/2006 e a Diretiva 2009/16/CE

Regulamento (UE) n.º 1258/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Novembro de 2013, que altera o Regulamento (CE) n.º 273/2004 relativo aos [precursores de drogas](#)

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

Regulamento de Execução (UE) n.º 1269/2013 da Comissão, de 5 de Dezembro de 2013, que altera o Regulamento (CE) n.º 802/2004, de execução do Regulamento (CE) n.º 139/2004 do Conselho [relativo ao controlo das concentrações de empresas](#)

Decisão de Execução da Comissão, de 6 de Dezembro de 2013, que estabelece um [formato para a notificação das informações relativas à aprovação e às revisões substanciais dos planos de gestão de resíduos e dos programas de prevenção de resíduos](#)

Decisão do Conselho, de 2 de Dezembro de 2013, que estabelece a posição a adoptar em nome da União Europeia no âmbito do Comité dos Contratos Públicos no que respeita às [decisões que aplicam determinadas disposições do Protocolo que altera o Acordo sobre Contratos Públicos](#)

ORIENTAÇÕES

Orientação do Banco Central Europeu, de 26 de Setembro de 2013, que altera a Orientação BCE/2012/27 relativa a um sistema de transferências automáticas transeuropeias de liquidação por bruto em tempo real

COMISSÃO EUROPEIA

[Ajudar as empresas a atenuar o impacto das operações de reestruturação](#)

A UE apresenta boas práticas para atenuar os efeitos das reestruturações e dos despedimentos nos trabalhadores e nas condições sociais.

CONSULTAS PÚBLICAS

[Consulta sobre o turismo europeu do futuro](#)

12.12.2013 – 15.03.2014

[Consulta pública sobre o quadro administrativo e regulamentar aplicável às empresas de turismo, administrações públicas e outras partes interessadas do sector do turismo da EU](#)

12.12.2013 – 15.03.2014

[Consulta restrita às partes interessadas sobre a criação de um «Projecto-piloto comum» para apoiar a execução do Plano Director Europeu de Gestão do Tráfego Aéreo](#)

12.12.2013 – 31.01.2014

[Consulta sobre a certificação das instalações de tratamento de resíduos](#)

10.12.2013 – 17.03.2014

COMISSÃO EUROPEIA

[Segundo o advogado-geral P. Cruz Villalón, a directiva relativa à conservação de dados é incompatível com a Carta dos Direitos Fundamentais](#)

Todavia, propõe que os efeitos da declaração de invalidade sejam suspensos para que o legislador da União possa tomar, num prazo razoável, as medidas necessárias para sanar a invalidade declarada

Conclusões do advogado-geral nos processos apensos C-293/12 e C-594/12 Digital Rights Ireland Seitlinger e o.

[A aquisição da Skype pela Microsoft é compatível com o mercado interno](#)

Essa fusão não restringe a concorrência no mercado das videocomunicações residenciais nem no das comunicações profissionais

Acórdão no processo T-79/12 - Cisco Systems Inc. e Messagenet SpA / Comissão

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017, o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 e o III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017.
- Diploma que estabelece as formas e o procedimento de cedência das terras do Estado através da bolsa nacional de terras para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril.
- Extinção da EMA - Empresa de Meios Aéreos, S.A., revogando o respectivo diploma de criação e regulando o processo de liquidação desta sociedade.
- Regime de transferência da jurisdição portuária directa dos portos de pesca e marinas de recreio do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., (IPTM) para a Doca pesca - Portos e Lotas, S.A..
- Transposição de uma directiva da União Europeia relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes a medidas contra a emissão de poluentes gasosos e de partículas pelos motores de combustão interna a instalar em máquinas móveis não rodoviárias.
- Alteração do regime de acesso e exercício da actividade de prestação de serviços com veículos pronto-socorro, visando a sua simplificação.

(...)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.



"Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano"
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012



"Sociedade de Advogados Ibérica do Ano"
The Lawyer European Awards, 2012



"25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa"
Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011-2013

